

**9. Empreitada “EU JÁ PASSO AQUI “Requalificação da Avenida da Liberdade, U.F. de S. Lázaro e S. João do Souto” (Concurso Público n.º CPE 16.22. DMOSM) - Ratificação da proposta de alteração/substituição e nova aprovação da minuta do contrato a celebrar com a entidade adjudicatária.**

Submete-se, para ratificação, a decisão do Sr, Presidente da Câmara de 9/03/2023, que aprovou a alteração/substituição e nova aprovação da minuta do contrato a celebrar com a entidade adjudicatária, da empreitada em mencionada em epígrafe, tudo de acordo com os documentos contantes do processo.



BRAGA

DMOSM/DOM/UAC

Minuta do contrato - CPE.16.22.DMOSM

DELIBERAÇÃO:

Aprovo. 09/03 /2023

Pelos representantes da AGERE:

Remeta-se à Sr.<sup>a</sup>  
Diretora.

*Alzira Torres*  
O Diretor do DOM,

06/03/2023

Remeta-se ao Sr.  
Presidente.

A Diretora da DMOSM,

(Eng.ª Alzira Torres)

1/1/1

Despacho:

*Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio*  
O Presidente,

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

23/03/09

Órgão competente para a decisão de contratar: Câmara Municipal de Braga e AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M.

**CONCURSO PÚBLICO N.º CPE.16.22.DMOSM**

**Empreitada “EU JÁ PASSO AQUI \_Requalificação da Avenida da Liberdade, U.F. de São Lázaro e S. João do Souto”.**

Preço base (Pb): €3.100.766,04 (três milhões, cem mil, setecentos e sessenta e seis euros e quatro centimos (sem Iva);

Prazo máximo de execução da empreitada: 250 (dias).

O procedimento supramencionado foi promovido em regime de agrupamento de entidades adjudicantes, ao abrigo do artigo 39.º, n.º 1, alínea a), do *Código dos Contratos Públicos*, agrupamento esse constituído por:

- a) **MUNICÍPIO DE BRAGA**, com o número de Pessoa Coletiva 506901173;
- b) **AGERE – EMPRESA DE ÁGUAS, EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA, E.M.**, com o número de Pessoa coletiva 504 807 692.

Por acordo das partes, foi designado o Município de Braga como representante do agrupamento e, nessa condição, incumbem-lhe o poder e o dever de promover o processo de formação do contrato e assegurar, de forma

Página 1 de 2

subsequente, a gestão do mesmo, no entanto, em conformidade com o artigo 5.º do referido acordo, a decisão de contratar, a decisão de escolha do procedimento e a decisão de adjudicação, foram tomadas conjuntamente pelos órgãos competentes do Município de Braga e da AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M., em respeito do prescrito no n.º 3 do artigo 39.º do *Código dos Contratos Públicos*.

**ASSUNTO: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO/SUBSTITUIÇÃO E NOVA APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A CELEBRAR COM A ENTIDADE ADJUDICATÁRIA.**

Após a celebração do contrato com a entidade adjudicante, verificou-se no referido contrato algumas incorreções/incongruência com o caderno de encargos e proposta apresentada pela entidade adjudicatária, tendo-se verificado nomeadamente que por lapso não foi mencionada a entidade AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M. (AGERE), entidade em agrupamento com o Município de Braga. Também não se fez qualquer referência aos valores respeitantes à execução dos trabalhos que cabiam ao Município e aos valores respeitantes à execução dos trabalhos previstos no capítulo 10 (rede de abastecimento de água) do mapa de trabalhos, que cabiam à AGERE.

Assim, face ao exposto, propõe-se a aprovação da alteração/substituição da minuta anteriormente aprovada juntamente com a decisão de adjudicação, pela minuta retificada, que se anexa, cuja aprovação da adjudicação foi efetuada pelo Presidente da Câmara Municipal, em 10 de fevereiro de 2023, sendo esta aprovação ratificada por deliberação da Câmara Municipal, de 20 de fevereiro de 2023 e por aprovação da decisão de adjudicação efetuada em 8 de fevereiro de 2023, pelos membros do conselho de administração da empresa municipal AGERE.

Consequentemente propõe-se ainda a aprovação da respetiva minuta retificada, pelo órgão competente para a decisão de contratar.

Braga, 6 de março de 2023  
Pelos Serviços da DMOSM/DOM/UAC

**Em anexo:** Minuta retificada.



**MINUTA / CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.16.22.DMOSM****“EU JÁ PASSO AQUI – REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DA  
LIBERDADE – U.F. DE S. LÁZARO E S. JOÃO DO SOUTO”**

ENTRE

**Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA**, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, que intervêm também em representação da empresa municipal **AGERE – EMPRESA DE ÁGUAS, EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA, E.M.**, com sede na Praça Conde de Agrolongo, n.º 115, da União de Freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto), 4700-312 Braga, pessoa coletiva n.º 504807692, legitimidade que advém do acordo/contrato de agrupamento de entidades adjudicantes, celebrado em 11 de novembro de 2022, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1 do artigo 39.º do *Código dos Contratos Públicos*, que designa o Município de Braga, como representante do agrupamento, acordo esse que se anexa ao presente contrato, doravante identificado por «**Dono da Obra**»;

E

**Segunda: DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A**, com sede na Rua dos Pitancinhos, freguesia de Palmeira, concelho de Braga, 4700-727 Palmeira Braga, pessoa coletiva n.º 501489126, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o mesmo número, com o capital social de € 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil euros), aqui representada por....., na qualidade de....., com poderes para obrigar, conforme....., doravante identificada por «**Empreiteiro**».

**Considerando que:**

- a) Por decisão do presidente da Câmara, de 18 de novembro de 2022, ratificada por deliberação da Câmara Municipal, de 28 do mesmo mês, e, por decisão dos membros do conselho de administração da empresa municipal AGERE – EMPRESA DE ÁGUAS, EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA, E.M., de 17 de novembro de 2022, em conformidade com o prescrito no n.º 3, do artigo 39.º do *Código dos Contratos Públicos*, o **MUNICÍPIO DE BRAGA**, na qualidade de entidade adjudicante e dono da obra, em conformidade com o dito acordo/contrato

- promoveu o procedimento por **Concurso Público: CPE.16.22.DMOSM**, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19.º do *Código dos Contratos Públicos*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e republicações em vigor.\_\_\_\_\_
- b) A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao presente contrato de empreitada, correspondente à execução dos trabalhos da responsabilidade do **MUNICÍPIO DE BRAGA**, a realizar no ano económico em curso, é a seguinte: 06/07030301, de acordo com a informação de cabimento n.º 74273, de 07/11/2022, e a informação de compromisso n.º 94536, de 31/01/2023, retificada em 02/03/2023.\_\_\_\_\_
- c) A despesa inerente ao presente contrato de empreitada, correspondente à execução dos trabalhos da responsabilidade da empresa municipal **AGERE – EMPRESA DE ÁGUAS, EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA, E.M.**, a realizar no ano económico em curso, será assegurada pelo orçamento da referida empresa, aprovado por deliberação do executivo municipal, de 28 de outubro de 2022, através da "Proposta Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023" e por deliberação da assembleia municipal, de.....\_\_\_\_\_
- d) No seguimento do *Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas*, por decisão do presidente da Câmara, de 10 de fevereiro de 2023, ratificada por deliberação da Câmara Municipal, de 20 do mesmo mês, e, por decisão dos membros do conselho de administração da empresa municipal **AGERE – EMPRESA DE ÁGUAS, EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA, E.M.**, de 8 de fevereiro de 2023, o **MUNICÍPIO DE BRAGA**, na qualidade de entidade adjudicante e dono da obra, em conformidade com o referido acordo/contrato, adjudicou ao empreiteiro a obra objeto do referenciado procedimento.\_\_\_\_\_
- e) Por deliberação da Câmara Municipal, de....., e, por decisão dos membros do conselho de administração da empresa municipal **AGERE – EMPRESA DE ÁGUAS, EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA, E.M.**, de....., foi aprovada a minuta do presente contrato de empreitada nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do referido *Código dos Contratos Públicos*.\_\_\_\_\_
- f) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público de conclusão atempada da obra, objeto do contrato;\_\_\_\_\_
- g) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do artigo 99.º do *Código dos Contratos Públicos*;\_\_\_\_\_



\_\_\_\_\_É celebrado o presente contrato de empreitada, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam. \_\_\_\_\_

**Artigo 1.º**  
**(Objeto do contrato)**

\_\_\_\_\_1. O presente contrato tem por objeto a execução, pelo empreiteiro, dos trabalhos referentes à empreitada de **"EU JÁ PASSO AQUI – REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DA LIBERDADE – U.F. DE S. LÁZARO E S. JOÃO DO SOUTO"**, nos termos e condições jurídicas e técnicas constantes dos documentos que instruem o processo do procedimento identificado no considerando a) do presente contrato, e que integram o seu âmbito de aplicação, devidamente concretizados no n.º 2 do artigo 96.º do *Código dos Contratos Públicos*. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Os trabalhos de empreitada desenrolar-se-ão de harmonia com o projeto patenteado no concurso, nos termos e condições constantes da proposta do empreiteiro, designadamente do plano de trabalhos, e obedecerão ao prescrito no caderno de encargos e nas diferentes peças que integram o processo de concurso. \_\_\_\_\_

**Artigo 2.º**  
**(Local da obra)**

\_\_\_\_\_Os trabalhos de empreitada serão executados na **Avenida da Liberdade, na União de Freguesias de S. Lázaro e S. João do Souto, em Braga**, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando a). \_\_\_\_\_

**Artigo 3.º**  
**(Preço contratual)**

\_\_\_\_\_1. O preço contratual a pagar ao empreiteiro, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, é o de **€ 3.100.765,00 (três milhões, cem mil e setecentos e sessenta e cinco euros)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, distribuído nos termos seguintes: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_a) O preço contratual, por conta do **MUNICÍPIO DE BRAGA**, pela execução dos trabalhos previstos nos capítulos 1 a 9 do mapa de trabalhos, é de **€ 2.797.455,85 (dois milhões, setecentos e noventa e sete mil, quatrocentos e cinquenta e cinco euros e oitenta e cinco cêntimos)**, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, conforme a proposta apresentada e o caderno de encargos; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_b) O preço contratual, por conta da empresa municipal **AGERE – EMPRESA DE ÁGUAS, EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA, E.M.**, pela execução dos trabalhos previstos no capítulo 10 (rede de abastecimento de água) do mapa de trabalhos, é de **€ 303.309,15 (trezentos e três mil, trezentos e nove euros e quinze cêntimos)**, acrescido do

IVA à taxa legal em vigor, conforme a proposta apresentada e o caderno de encargos. \_\_\_\_\_

#### **Artigo 4.º**

##### **(Condições de pagamento)**

\_\_\_\_\_. 1. A forma, os prazos e os demais termos de processamento dos pagamentos são os previstos nas cláusulas gerais do caderno de encargos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_. 2. No âmbito da execução do presente contrato, o empreiteiro fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do *Código dos Contratos Públicos*, a emitir faturas eletrónicas. \_\_\_\_\_

#### **Artigo 5.º**

##### **(Revisão de preços)**

\_\_\_\_\_. 1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na modalidade de fórmula. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_. 2. A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: **F15 – grandes reparações de estradas**. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_. 3. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_. 4. Caso a revisão de preços venha a ser de sinal negativo, o empreiteiro fica obrigado a proceder ao pagamento do valor em dívida ao dono da obra, no prazo de oito dias a contar da respetiva notificação, sob pena de execução da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais. \_\_\_\_\_

#### **Artigo 6.º**

##### **(Prazos de execução da empreitada)**

\_\_\_\_\_. O prazo global para a conclusão integral da execução dos trabalhos referentes à presente empreitada é de **250 (duzentos e cinquenta) dias** de calendário, contados da data da consignação da obra, devendo os trabalhos estar perfeita e integralmente concluídos, cumprido que esteja aquele prazo, nos termos previstos na cláusula 11.º do caderno de encargos, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 362.º do *Código dos Contratos Públicos*. \_\_\_\_\_

#### **Artigo 7.º**

##### **(Cessão da posição contratual)**

\_\_\_\_\_. 1. A cessão da posição contratual por parte do empreiteiro, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do referido Código. \_\_\_\_\_



\_\_\_\_2. A apresentação, por parte do empreiteiro, do pedido de autorização ao dono da obra não suspende a normal execução do contrato, permanecendo o empreiteiro integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. O dono da obra autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_4. Caso o dono da obra não emita autorização prévia escrita para a pretendida cessão de posição contratual no prazo de 8 (oito) dias contados da apresentação do respetivo requerimento, considera-se a pretensão indeferida.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_5. A cessão de posição contratual pelo dono da obra produzir-se-á por notificação dirigida ao empreiteiro, sem prejuízo do disposto no artigo 324.º do *Código dos Contratos Públicos*.\_\_\_\_\_

#### **Artigo 8.º**

##### **(Cessão da posição contratual por incumprimento do empreiteiro)**

\_\_\_\_1. O dono da obra pode, nos termos previstos no artigo 318.º-A, do *Código dos Contratos Públicos*, impor ao empreiteiro a cessão da sua posição no contrato, em caso de incumprimento das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este.\_\_\_\_\_

#### **Artigo 9.º**

##### **(Subcontratação)**

\_\_\_\_1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 318.º do referido Código.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do *Código dos Contratos Públicos*.\_\_\_\_\_

#### **Artigo 10.º**

##### **(Caução)**

\_\_\_\_Para garantia da celebração do presente contrato, bem como do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, a adjudicatária prestou uma caução, no montante de €310.076,50 (trezentos e dez mil, setenta e seis euros e cinquenta cêntimos) correspondente a 10% do preço contratual global, mediante a garantia bancária n.º GAR/23300315, emitida pelo Banco BPI, S.A., em 17/02/2023, arquivada no respetivo processo, sendo que 5% dessa garantia se destina



à substituição do reforço da caução exigível, em cada um dos pagamentos a efetuar. \_\_\_\_\_

**Artigo 11.º**  
**(Liberação da caução)**

\_\_\_\_\_A caução será liberada nos termos previstos no artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos. \_\_\_\_\_

**Artigo 12.º**  
**(Gestor do contrato)**

\_\_\_\_\_1. O dono da obra designa o **Eng.º António Manuel Araújo Peixoto**, como gestor do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo do disposto no número seguinte. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato. \_\_\_\_\_

**Artigo 13.º**  
**(Comunicações e notificações)**

\_\_\_\_\_1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do Código dos Contratos Públicos, os outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_a) Primeira outorgante e aqui dono da obra: **contratacao.empreitadas@cm-braga.pt** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_b) Segunda outorgante e aqui empreiteiro: **geral@dstsgps.com** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte. \_\_\_\_\_

**Artigo 14.º****(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)**

\_\_\_\_1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;\_\_\_\_\_



\_\_\_\_e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.\_\_\_\_\_

#### **Artigo 15.º** **(Invalidade parcial)**

\_\_\_\_Se alguma das disposições deste contrato vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor.\_\_\_\_\_

#### **Artigo 16.º** **(Foro competente)**

\_\_\_\_Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.\_\_\_\_\_

*R*

**Artigo 17.º**  
**(Legislação aplicável)**

\_\_\_\_\_ Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros. \_\_\_\_\_

**Artigo 18.º**  
**(Despesas do contrato e encargos do empreiteiro)**

\_\_\_\_\_ 1. Todas as despesas com a celebração do presente contrato serão da responsabilidade do empreiteiro. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas relativas à prestação da caução e resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos. \_\_\_\_\_

**Artigo 19.º**  
**(Vigência)**

\_\_\_\_\_ O presente contrato não produzirá quaisquer efeitos antes do visto ou da declaração de conformidade do Tribunal de Contas, nos termos do nº 4 do artigo 45.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na redação atual. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar digitalmente o presente contrato, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura. \_\_\_\_\_

**Pelo Dono da Obra,**

\_\_\_\_\_  
(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

**Pelo Empreiteiro,**

\_\_\_\_\_  
(.....)

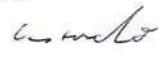


DELIBERAÇÃO:

Aprovo. 28 / 02 / 2023

Pelos representantes da AGÉRE;

Remeta-se à Sr.<sup>a</sup>  
Diretora.

  
O Diretor do DOM,

01 / 02 / 2023

Remeta-se ao Sr.  
Presidente.

  
A Diretora da DMOSM,

01 / 02 / 2023

Despacho:

  
O Presidente,

  
(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

23 / 02 / 20

Órgão competente para a decisão de contratar do Município de Braga: Câmara Municipal de Braga.

## Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas

### I - INTRODUÇÃO E IDENTIFICAÇÃO:

**Concurso Público: CPE.16.22.DMOSM**

**Contratação:** empreitada de “EU JÁ PASSO AQUI – REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DA LIBERDADE\_U.F. DE S. LÁZARO E S. JOÃO DO SOUTO”.

**Preço base (Pb):** €3.100.766,04 (três milhões, cem mil, setecentos e sessenta e seis euros e quatro centimos (sem Iva);

**Prazo máximo de execução da empreitada:** 250 (dias).

### **Identificação do Júri: Membros efetivos:**

### **Membros suplentes:**

Reunião efetuada pelo júri do procedimento, em 27/01/2023, para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pela Lei n.º 59/2008 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei 223/2019 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010 de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010 de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho, pelo Decreto-Lei 214-G/2015 de 2 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto; Lei 30/2021 de 21 de maio e DL n.º 78/2022, de 7 de novembro, destinada à elaboração do relatório final, no âmbito do procedimento acima referenciado, cujo anúncio n.º **15255/2022**, foi publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 225, de 22 de novembro de 2022, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, confirmar ou não, a ordenação final das propostas constantes do relatório preliminar e, finalmente, propor a adjudicação e as formalidades legais dela decorrentes.

## **II – RESULTADO DA AUDIÊNCIA PRÉVIA:**

Em cumprimento do disposto no artigo 147.º do CCP, o júri enviou a todos os concorrentes o relatório preliminar, tendo fixado o prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia.

Durante o prazo acima referido os concorrentes não apresentaram quaisquer reclamações.

Nessa medida, o Júri deliberou por unanimidade, não alterar o projeto de decisão vertido no relatório preliminar de análise e avaliação das propostas.



**III – ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS:**

Nestes termos, em resultado da aplicação do critério de adjudicação, resulta a seguinte ordenação:

Posição	Identificação do concorrente	Preço	Prazo de execução
1.º	DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A.	€3.100.765,00	250 dias

**IV –ADJUDICAÇÃO E FORMALIDADES:**

I – Na sequência da ordenação das propostas e pelo facto do concorrente **DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A.**, ter ficado classificado em 1.º lugar, o júri deliberou propor que a empreitada atrás referenciada, lhe seja adjudicada pela quantia de **€3.100.765,00**, a que acresce o IVA à taxa em vigor e pelo prazo de execução de 250 dias.

**I.1 – Compromisso**

Para os devidos efeitos, junta-se a informação do compromisso n.º 94536 de 31/01/2023.

**I.2 – Caução**

Face ao valor da adjudicação, é exigida a prestação de uma caução correspondente a 5% do preço contratual, conforme o definido no artigo 25.º do Programa do Concurso.

O modo de prestação da caução é o referido no Programa do Concurso.

**I.3 – Documentos de Habilitação**

Nos termos do artigo 24.º do Programa do Concurso, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação é de 10 (dez) dias úteis.

**I.4 – Contrato Escrito****• Minuta do contrato**

Propõe-se, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CCP, a aprovação da minuta do contrato, em anexo, a celebrar com o adjudicatário.

**II – Notificação da Adjudicação**

Face ao que antecede, e se as propostas aqui formuladas merecerem a aprovação superior, proceder-se-á, nos termos do n.º 1 do artigo 77.º do CCP, ao envio da

notificação da adjudicação ao adjudicatário e, em simultâneo, aos restantes concorrentes, a qual será acompanhada do “Relatório Final”.

Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, o adjudicatário será igualmente notificado:

- Para apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do artigo 81.º do CCP, no prazo fixado no Programa do Concurso.
- Para prestar Caução;
- Para se pronunciar sobre a minuta do contrato.

Braga, 1 de fevereiro de 2023

O Júri do Procedimento

**Em anexo:**

- Minuta do Contrato;
- Relatório Preliminar.



**MINUTA / CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.16.22.DMOSM**

**"EU JÁ PASSO AQUI – REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DA LIBERDADE\_U.F. DE S. LÁZARO E S. JOÃO DO SOUTO"**

ENTRE

**Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA**, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificada por **«Dono da Obra»**; \_\_\_\_\_

E

**Segunda: DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A.**, com sede na Rua dos Pitancinhos, freguesia de Palmeira, concelho de Braga, 4700-727 Palmeira Braga, pessoa coletiva n.º 501489126, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o mesmo número, com o capital social de € 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil euros), aqui representada por....., na qualidade de....., com poderes para obrigar, conforme....., doravante identificado por **«Empreiteiro»**. \_\_\_\_\_

**Considerando que:** \_\_\_\_\_

- a) Por despacho do Presidente da Câmara Municipal de 18 de novembro de 2022, ratificado por deliberação da Câmara Municipal, de 28 de novembro de 2022, o dono da obra, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por **Concurso Público: CPE.16.22.DMOSM**, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19.º do *Código dos Contratos Públicos*, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e republicações em vigor; \_\_\_\_\_
- b) A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao presente contrato, a realizar no ano económico em curso, é a seguinte: 06/07030301, de acordo com a informação de cabimento n.º 74273 de 07/11/2022, e a informação de compromisso n.º \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2023, e, nos mesmos termos, será satisfeito o respetivo encargo para o ano seguinte, conforme consta da referida informação de compromisso, sendo a respetiva repartição de encargos autorizada pela Assembleia Municipal, em sessão de 30 de dezembro de 2021. \_\_\_\_\_

- c) No seguimento do *Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas*, por deliberação da Câmara Municipal, de....., o dono da obra adjudicou ao empreiteiro a obra objeto do referenciado procedimento, tendo, na mesma data, aprovado a minuta do contrato, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do referido Código;\_\_\_\_\_
- d) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público de conclusão atempada da obra, objeto do contrato;\_\_\_\_\_
- e) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do artigo 99.º do *Código dos Contratos Públicos*;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_É celebrado o presente contrato de empreitada, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam.\_\_\_\_\_

**Artigo 1.º**  
**(Objeto do contrato)**

\_\_\_\_\_1. O presente contrato tem por objeto a execução, pelo empreiteiro, dos trabalhos referentes à empreitada de **"EU JÁ PASSO AQUI – REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DA LIBERDADE\_U.F. DE S. LÁZARO E S. JOÃO DO SOUTO"**, nos termos e condições jurídicas e técnicas constantes dos documentos que instruem o processo do procedimento identificado no considerando a) do presente contrato, e que integram o seu âmbito de aplicação, devidamente concretizados no n.º 2 do artigo 96.º do *Código dos Contratos Públicos*.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. Os trabalhos de empreitada desenrolar-se-ão de harmonia com o projeto patenteado no concurso, nos termos e condições constantes da proposta do empreiteiro, designadamente do plano de trabalhos, e obedecerão ao prescrito no caderno de encargos e nas diferentes peças que integram o processo de concurso.\_\_\_\_\_

**Artigo 2.º**  
**(Local da obra)**

\_\_\_\_\_Os trabalhos de empreitada serão executados na **Avenida da Liberdade, na União de Freguesias de S. Lázaro e S. João do Souto, em Braga**, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando a).\_\_\_\_\_

**Artigo 3.º**  
**(Preço contratual)**

\_\_\_\_\_O preço contratual a pagar ao empreiteiro, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, é o de **€3.100.765,00 (três milhões, cem mil e setecentos e sessenta e cinco euros)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.\_\_\_\_\_



**Artigo 4.º****(Condições de pagamento)**

\_\_\_\_ 1. A forma, os prazos e os demais termos de processamento dos pagamentos são os previstos nas cláusulas gerais do caderno de encargos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 2. No âmbito da execução do presente contrato, o empreiteiro fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do *Código dos Contratos Públicos*, a emitir faturas eletrónicas. \_\_\_\_\_

**Artigo 5.º****(Revisão de preços)**

\_\_\_\_ 1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na modalidade de fórmula. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 2. A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: **F15 – grandes reparações de estradas**. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 3. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 4. Caso a revisão de preços venha a ser de sinal negativo, o empreiteiro fica obrigado a proceder ao pagamento do valor em dívida ao dono da obra, no prazo de oito dias a contar da respetiva notificação, sob pena de execução da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais. \_\_\_\_\_

**Artigo 6.º****(Prazos de execução da empreitada)**

\_\_\_\_ O prazo de execução dos trabalhos referentes à presente empreitada é de **250 (duzentos e cinquenta) dias** de calendário, contados da data da consignação da obra, devendo os trabalhos estar perfeita e integralmente concluídos, cumprido que esteja aquele prazo, nos termos previstos na cláusula 11.º do caderno de encargos, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 362.º do *Código dos Contratos Públicos*. \_\_\_\_\_

**Artigo 7.º****(Cessão da posição contratual)**

\_\_\_\_ 1. A cessão da posição contratual por parte do empreiteiro, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do referido Código. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 2. A apresentação, por parte do empreiteiro, do pedido de autorização ao dono da obra não suspende a normal execução do contrato, permanecendo o empreiteiro

integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. O dono da obra autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_4. Caso o dono da obra não autorize a pretendida cessão de posição contratual no prazo de 8 (oito) dias contados da apresentação do respetivo requerimento, considera-se a pretensão indeferida.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_5. A cessão de posição contratual pelo dono da obra produzir-se-á por notificação dirigida ao empreiteiro, sem prejuízo do disposto no artigo 324.º do Código dos Contratos Públicos.\_\_\_\_\_

#### **Artigo 8.º**

##### **(Cessão da posição contratual por incumprimento do empreiteiro)**

\_\_\_\_1. O dono da obra pode, nos termos previstos no artigo 318.º-A, do Código dos Contratos Públicos, impor ao empreiteiro a cessão da sua posição no contrato, em caso de incumprimento das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este.\_\_\_\_\_

#### **Artigo 9.º**

##### **(Subcontratação)**

\_\_\_\_1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do Código dos Contratos Públicos, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 318.º do referido Código.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do Código dos Contratos Públicos.\_\_\_\_\_

#### **Artigo 10.º**

##### **(Caução)**

\_\_\_\_1. Para garantia da celebração do presente contrato, bem como do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, a adjudicatária prestou uma caução, no montante de €..... (.....) correspondente a 5% do preço contratual, mediante ....., arquivada no respetivo processo.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Para reforço da caução prestada, proceder-se-á à retenção de 5% em todos os pagamentos, nos termos do disposto no artigo 353.º do Código dos Contratos Públicos.\_\_\_\_\_

#### **Artigo 11.º**

##### **(Liberação da caução)**



\_\_\_\_A caução será liberada nos termos previstos no artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.\_\_\_\_\_

**Artigo 12.º**  
**(Gestor do contrato)**

\_\_\_\_1. O dono da obra designa o Eng.º António Manuel Araújo Peixoto , como gestor do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo do disposto no número seguinte.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato.\_\_\_\_\_

**Artigo 13.º**  
**(Comunicações e notificações)**

\_\_\_\_1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do Código dos Contratos Públicos, os outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_a) Primeira outorgante e aqui dono da obra: **contratacao.empreitadas@cm-braga.pt**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_b) Segunda outorgante e aqui empreiteiro: **geral@dstsgps.com**\_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte.\_\_\_\_\_

**Artigo 14.º**  
**(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)**

\_\_\_\_1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;\_\_\_\_\_



\_\_\_\_f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.\_\_\_\_\_

**Artigo 15.º**  
**(Invalidade parcial)**

\_\_\_\_Se alguma das disposições deste contrato vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor.\_\_\_\_\_

**Artigo 16.º**  
**(Foro competente)**

\_\_\_\_Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.\_\_\_\_\_

**Artigo 17.º**  
**(Legislação aplicável)**

\_\_\_\_Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros.\_\_\_\_\_

**Artigo 18.º****(Despesas do contrato e encargos do empreiteiro)**

\_\_\_\_1. Todas as despesas com a celebração do presente contrato serão da responsabilidade do empreiteiro.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas relativas à prestação da caução e resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos.\_\_\_\_\_

**Artigo 19.º****(Vigência)**

\_\_\_\_O presente contrato não produzirá quaisquer efeitos antes do visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas, nos termos do nº 4 do artigo 45.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na redação atual.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar digitalmente o presente contrato, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura.\_\_\_\_\_

**Pelo Dono da Obra,**

\_\_\_\_\_  
(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

**Pelo Empreiteiro,**

\_\_\_\_\_  
(.....)





BRAGA

DMOSM/DOM/UAC

RELATÓRIO PRELIMINAR  
CONCURSO PÚBLICO: CPE.16.22.DMOSM

Remeta-se à Sr.<sup>a</sup>  
Diretora.

*Carando*  
O Diretor do DOM,

09/01/2023

Remeta-se ao Sr.  
Presidente.

*Carando*  
A Diretora da DMOSM,

2023 10/01/09

Despacho: Tomei conhecimento.

*Pl*  
O Presidente,

*Pl*  
(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado  
Rio)

19/01/2023

Tomei conhecimento. 12/01/2023

Pelos representantes da AGFER.

## Relatório Preliminar de Análise, Avaliação e Ordenação das Propostas

### I - INTRODUÇÃO E IDENTIFICAÇÃO:

**Concurso Público:** CPE.16.22.DMOSM

**Contratação:** empreitada de "EU JÁ PASSO AQUI – REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DA LIBERDADE\_U.F. DE S. LÁZARO E S. JOÃO DO SOUTO".

**Preço base (Pb):** €3.100.766,04 (três milhões, cem mil, setecentos e sessenta e seis euros e quatro centimos (sem Iva);

**Prazo máximo de execução da empreitada:** 250 (dias).

**Identificação do Júri: Membros efetivos:**

**Membros suplentes:**

Reunião efetuada pelo júri do procedimento, em 09/01/2023, com o objetivo de proceder à análise, avaliação e ordenação das propostas apresentadas no âmbito do procedimento de formação do contrato público supra identificado e destinado à formação do contrato de empreitada **“EU JÁ PASSO AQUI – REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DA LIBERDADE\_U.F. DE S. LÁZARO E S. JOÃO DO SOUTO”**, promovido pela Câmara Municipal de Braga. Por este meio assegura-se, assim, o cumprimento do disposto no artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pela Lei n.º 59/2008 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei 223/2019 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010 de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010 de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho, pelo Decreto-Lei 214-G/2015 de 2 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto; pela Lei 30/2021 de 21 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 78/2022 de 7 de novembro.

## II - INDICAÇÃO DAS PROPOSTAS APRESENTADAS:

Identificação do concorrente	Valor da proposta dos trabalhos correspondentes à AGERE (Preço máximo admitido: €303.309,64)	Valor da proposta dos trabalhos correspondentes à CMB (Preço máximo admitido: €2.797.456,40)	Valor global da proposta
ALEXANDRE BARBOSA BORGES, SA.	€203.197,80	<b>€3.150.796,47</b>	<b>€3.353.994,27</b>
MASTERSTYLO, LDA.	€5.397,20	€196.951,61	€202.348,81
DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A.	€303.309,15	€2.797.455,85	€3.100.765,00
ÂNGULO RECTO CONSTRUÇÕES, LDA.	€111.547,10	<b>€2.976.412,50</b>	€3.087.959,58



### III - ANÁLISE DAS PROPOSTAS:

O júri do procedimento analisou, nos termos determinados pelo Programa de Concurso, as propostas apresentadas. Na análise das propostas foram considerados somente os documentos apresentados pelos concorrentes, não tendo o júri identificado a necessidade de solicitar esclarecimentos sobre as propostas, nos termos previstos no artigo 72.º do *Código dos Contratos Públicos*, tendo, portanto, formado a sua convicção exclusivamente com base na informação vertida na documentação apresentada.

A análise das propostas foi efetuada no sentido de determinar se as mesmas se conformavam com os documentos normativos do procedimento e com a lei e se não apresentavam vícios ou irregularidades suscetíveis de determinar a sua exclusão, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 70.º do *Código dos Contratos Públicos*.

### IV – EXCLUSÃO OU ADMISSÃO DAS PROPOSTAS:

Os trabalhos do júri iniciaram-se com a análise das propostas, no sentido de determinar se as mesmas se conformavam com as disposições do procedimento e com as normas do *Código dos Contratos Públicos*.

Em resultado da análise das propostas supramencionadas, o júri decidiu, em conformidade com o definido nos artigos 72.º e 146.º, ambos do CCP, a **exclusão** das seguintes propostas apresentadas:

Concorrente: **ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A.**

#### **Motivo de exclusão:**

- Apresentação da proposta com um valor global de **€3.353.994,27**, ou seja, superior ao preço base global do procedimento (**€3.100.766,04**), definido no artigo 11.º, n.º 1 do Programa do Concurso, sendo a exclusão determinada pela alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º e alínea o), do n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

- Apresentação da proposta com um valor parcelar de (**€3.150.796,47**), para os trabalhos correspondentes à execução dos trabalhos previstos nos capítulos 1 a 9 do mapa de trabalhos, sendo superior ao preço máximo admitido **€2.797.456,40 + IVA**, constituindo este valor o **preço parcelar máximo** que os concorrentes podem oferecer para a execução dos trabalhos previstos nos capítulos 1 a 9 do mapa de trabalhos,

componente do preço por conta do Município de Braga, conforme Parâmetros base e aspetos vinculativos, definidos no artigo 11.º n.º 2, alínea a) do Programa do Concurso. Sendo a exclusão determinada pela alínea b) do n.º 2 do artigo 70.º e alínea o), do n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

Concorrente: **MASTERSTYL, LDA.**

**Motivo de exclusão:**

- Não apresentação de todos os documentos que constituem a proposta, nomeadamente os indicados nas alíneas c) a j) do n.º 1 do artigo 12.º do Programa do Concurso, sendo a exclusão determinada pela alínea d), do n.º 2 do artigo 146.º do CCP;
- Não apresentação de atributos indispensáveis à avaliação da proposta, e de termos e condições a que os documentos previstos no artigo 12.º do Programa do Concurso visavam dar resposta, os quais não foram apresentados, sendo a exclusão determinada pelo artigo 70.º, n.º 2, a) e c) e pelo artigo 146.º, n.º 2, o) do CCP.

Concorrente: **ÂNGULO RECTO - CONSTRUÇÕES, LDA.**

**Motivos da exclusão:**

- Apresentação da proposta com um valor parcelar de (€2.976.412,50), para os trabalhos correspondentes à execução dos trabalhos previstos nos capítulos 1 a 9 do mapa de trabalhos, sendo superior ao preço máximo admitido €2.797.456,40 + IVA, constituindo este valor o **preço parcelar máximo** que os concorrentes podem oferecer para a execução dos trabalhos previstos nos capítulos 1 a 9 do mapa de trabalhos, componente do preço por conta do Município de Braga, conforme Parâmetros base e aspetos vinculativos, definidos no artigo 11.º n.º 2, alínea a) do Programa do Concurso. Sendo a exclusão determinada pela alínea b) do n.º 2 do artigo 70.º e alínea o), do n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

**IV.1.** - O júri considerou que a proposta do concorrente DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A, reúne as condições exigidas, sendo a mesma admitida.



## V – AVALIAÇÃO E ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS ADMITIDAS

### Critério de adjudicação:

Os trabalhos de avaliação das propostas empreendidos pelo Júri observaram a disciplina constante do *Regulamento de Análise das Propostas*, que acompanhou o programa do procedimento.

O mérito das propostas foi aferido em função do critério de adjudicação – o da *proposta economicamente mais vantajosa* - preenchido pelos fatores e subfatores seguintes, já previstos no artigo 5.º do regulamento do procedimento:

Fatores	Subfatores	Ponderação	
Preço		70%	100%
Valia técnica da proposta	Metodologia	50%	
	Programa de trabalhos	50%	

A proposta do concorrente **DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A.**, tendo sido a única admitida, foi subsumida aos diferentes fatores e subfatores daquele critério de adjudicação, nos termos e para os efeitos previstos no *Regulamento de Análise das Propostas*. A apreciação da proposta, obedeceu, em face de cada um dos fatores e subfatores do critério, à específica metodologia descrita nos respetivos artigos do regulamento, por aplicação das fórmulas matemáticas e dos descritores também ali consignados.

### Avaliação da proposta por subsunção ao fator «preço»:

Conforme se especificou no *Regulamento de Análise das Propostas*, o fator «**preço**» será preenchido por comparação dos preços apresentados com o intervalo de preços compreendido entre o *preço base* e o preço mínimo matematicamente possível de ser apresentado e que corresponde a **€0,01 (um cêntimo)**.

A análise da proposta em face do fator *preço* será operacionalizada pela subsunção das mesmas ao descritor seguinte:

Descritor	Pontuação
Preço	$1,00 - \frac{\text{Preço Proposto} - 0,01 \text{ €}}{\text{Preço Base} - 0,01 \text{ €}}$

O resultado da avaliação da propostas por subsunção ao fator «**preço**» é o seguinte:

Valor da proposta (€ s/IVA)	Avaliação
€ 3.100.765,00	0,000000335

***Avaliação da proposta por subsunção ao fator «**valia técnica**»:***

Conforme se especificou no *Regulamento de Análise das Propostas*, o fator «**valia técnica**» foi preenchido pelos subfatores indicados no artigo 5.º do regulamento (*metodologia e programa de trabalhos*), que participam, nas percentagens também ali indicadas, para a pontuação final das propostas naquele fator.

Para preenchimento do subfator ***metodologia***, a proposta foi avaliada tendo em conta a memória descritiva e justificativa da metodologia de execução dos trabalhos conforme os descritores propostos no artigo 12.º do regulamento e contando a sua adequação às especificidades do projeto de execução.

Para preenchimento do subfator ***programa de trabalhos***, a proposta foi avaliada tendo em conta a sua qualidade e quantidade, relacionando-as com as necessidades efetivas do tipo de obra concursada (plano de trabalhos, plano de mão-de-obra e plano de equipamentos).

➤ ***Avaliação da proposta por subsunção ao subfator «**metodologia**»:***

**Descritor**

- (1) **Pressuposto:** O faseamento proposto é compatível com o caderno de encargos e responde às exigências impostas pelo mesmo.
- (2) **Pressuposto:** O faseamento da obra é claro, com enunciação das várias atividades, apresentando a distribuição de meios humanos e materiais, em número e profissão/tipo, por cada uma das frentes, de forma contínua e uniforme na obra.
- (3) **Pressuposto:** Descreve, de forma clara, lógica e congruente, o caminho crítico no desenvolvimento dos trabalhos.
- (4) **Pressuposto:** identifica as condicionantes e os riscos de desvio dos prazos e indica medidas destinadas a corrigir esses desvios.



### **Avaliação**

A metodologia apresentada pelo concorrente dá cumprimento aos pressupostos (1), (2), (3) e (4), enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do Regulamento de Análise das Propostas.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação – **1 (muito boa)**.

➤ **Avaliação da proposta por subsunção ao subfator «programa de trabalhos»:**

### **Descritor**

- (1) **Pressuposto:** O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos são totalmente compatíveis entre si e com a metodologia apresentada.
- (2) **Pressuposto:** O plano de trabalhos apresenta um grande detalhe, identificando todas as atividades a executar, a calendarização e as relações de precedência.
- (3) **Pressuposto:** O plano de mão-de-obra identifica a carga semanal de homens por tipo de profissão; o plano de equipamentos identifica a carga semanal de equipamento.
- (4) **Pressuposto:** O plano de trabalhos explicita as atividades que constituem o caminho crítico tal como identificado na metodologia.

### **Avaliação**

O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos (programa de trabalhos) apresentado pelo concorrente dá perfeito e cabal cumprimento aos pressupostos (1), (2), (3) e (4), enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do Regulamento de Análise das Propostas.

Nessa medida, o júri constatou que a proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – **1 (muito bom)**;

➤ **Pontuação da proposta nos subfactores Metodologia e Programa de Trabalhos**

Sub-fator (M) Metodologia	Sub-fator (PT) Programa de Trabalhos
1	1

O resultado da avaliação da proposta por subsunção ao fator «valia técnica» é o seguinte:

Avaliação (0,50xM+0,50xPT)
1,000

## VI – PONTUAÇÃO FINAL:

A pontuação final da proposta, tal como resulta do artigo 14.º do Regulamento de Análise das Propostas, por consideração das percentagens com que são afetados cada um dos fatores e subfatores que concorrem para o critério de adjudicação, foi apurada por aplicação da fórmula seguinte:

$$C = 0,70 \cdot P + 0,30 \cdot (0,50 \cdot M + 0,50 \cdot PT)$$

Em que:

«C» representa a “**pontuação final de cada proposta**”;

«P» representa a “**pontuação do preço**”;

«M» representa a “**pontuação no subfator metodologia**”

«PT» representa a “**pontuação no subfator programa de trabalhos**”;

«PR» representa a “**pontuação no fator prazo**”.

Assim, por aplicação do critério de adjudicação e no respeito da metodologia consignada no Regulamento de Análise das Propostas, resulta a seguinte pontuação:

Identificação do concorrente	Proposta economicamente mais vantajosa		Pontuação final - C
	Preço - P	Valia técnica	
DOMINGOS DA SILVA TEIRXEIRA, S.A.	0,000000335	1,000	0,30



## VII – ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS:

Nestes termos, em resultado da aplicação do critério de adjudicação, resulta a seguinte ordenação:

Posição	Identificação do concorrente	Valor global da proposta	Prazo de execução
1.º	DOMINGOS DA SILVA TEIXEIRA, S.A.	3.100.765,00	250 dias

## VIII – AUDIÊNCIA PRÉVIA

Finalmente, de acordo com o disposto no artigo 147.º do CCP, o júri procederá, seguidamente, à notificação dos concorrentes para que se pronunciem, no prazo de cinco dias úteis, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, sobre o presente relatório, do qual se enviará um exemplar.

Para o efeito, serão disponibilizados na plataforma eletrónica da entidade adjudicante os seguintes documentos:

- Propostas apresentadas.

O Júri do Procedimento